



**CLIPPING INTERNET**  
**13/02/2022 ATÉ 13/02/2022**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE 0 MARANHENSE.....	1
2	CONVÊNIOS	
	2.1 SITE 0 MARANHENSE.....	2
3	PLANTÃO NO TJMA	
	3.1 SITE 0 MARANHENSE.....	3

## **TJMA busca fortalecer a garantia dos direitos humanos por meio da parceria do Comitê de Diversidade**

13 de fevereiro de 2022 omaranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Comitê de Diversidade, conforme planejamento alinhado para 2022, iniciou os encaminhamentos para efetivar ações entre o TJMA, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) - Campus Barra do Corda, e a Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA), por meio da Comissão de Direitos Humanos.

Em reunião realizada na terça-feira, 8, na sala do Comitê de Diversidade, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, advogado Erick Moraes (presidente) e a membra da Comissão, advogada Derliane Sousa, apresentaram aos representantes do Comitê de Diversidade, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca (coordenador), e a juíza Elaile Silva Carvalho (coordenadora adjunta), a Campanha Justiça para Inocentes, que é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ) da OAB-RJ em conjunto com o coletivo de artistas 342Artes e a Midia Ninja pelo fim de prisões de inocentes com base unicamente em reconhecimento por fotografia.

### **INJUSTIÇAS**

Conforme levantamento realizado pelo Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais - Condege, entidade que reúne defensores públicos de todo país, e também pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro mostra que os negros são, de longe, as maiores vítimas desse tipo de erro, chegando a atingir 83%. De acordo com especialistas, o reconhecimento por fotografia é uma prova sujeita a equívocos, falhas - que em alguns casos estão levando inocentes para a cadeia.

Na ocasião, foram apresentados os dois motes principais da campanha: o cumprimento do art. 226 do Código Processo Penal (CPP), para atingir uma mudança na cultura do Judiciário em que o reconhecimento fotográfico não reproduza o racismo estrutural, além de uma resolução de recomendação aos magistrados e magistradas para que reavaliem as prisões realizadas em legalidade com esse dispositivo.

Os representantes do Comitê e da Comissão avaliaram, também, a possível criação de uma força tarefa para uma melhor execução da Campanha Justiça para os Inocentes.

A coordenadora adjunta do Comitê, juíza Elaile Carvalho, destacou a importância do diálogo do TJMA com outras instituições, a partir de ações que fortaleçam políticas antidiscriminatórias e a defesa dos direitos humanos.

“A OAB no Maranhão traz uma campanha excelente voltada para o combate ao reconhecimento fotográfico nos inquéritos policiais, requerendo a plena observância do art.226 do CPP, o que evita situações de injustiça envolvendo pessoas inocentes”, esclareceu a magistrada.

O advogado Erik Moraes considera primordial a parceria da OAB-MA com o Poder Judiciário do Maranhão,

principalmente por meio do Comitê de Diversidade, para que a campanha Justiça para os Inocentes atinja sua plenitude.

## PARCERIA - IFMA CAMPUS BARRA DO CORDA

Com a participação na Jornada Pedagógica do IFMA de Barra do Corda, no dia 7 de fevereiro, Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas, o magistrado Marco Adriano e a magistrada Elaile Carvalho apresentaram o Comitê de Diversidade e sua atuação institucional. O servidor Marcelo Cardoso, que é membro do Comitê, também participou da apresentação.

Durante a Jornada Pedagógica, houve, ainda, o diálogo com a gestora Marinete Moura e professores do Instituto, para concretização de ações formativas entre as duas instituições na perspectiva da Diversidade, incluindo estudos étnico-raciais com ênfase nos povos indígenas, diante da expertise da unidade de ensino na temática.

As tratativas com a gestão do IFMA de Barra do Corda iniciaram em dezembro de 2021, durante visita da diretora Marinete Moura ao Comitê de Diversidade.

“Este é o embrião de um projeto macro de interiorização das ações do Comitê que está contemplado em nosso planejamento de 2022, alinhado ao Planejamento Estratégico do Judiciário maranhense”, observou o coordenador do Comitê, juiz Marco Adriano, lembrando que as parcerias materializam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, 10, 16 e 17 da Agenda 2030 da ONU e os compromissos institucionais do Judiciário com a garantia dos Direitos Humanos.

## **Corregedoria Geral de Justiça e Governo do Estado formalizam acordo para regularização fundiária em Santo Antônio dos Lopes**

12 de fevereiro de 2022 omaranhense

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) e o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), formalizaram Termo de Cooperação entre os Poderes Executivo e Judiciário e o município de Santo Antônio dos Lopes, para efetivação do Projeto Minha Terra, dedicado a promover a regularização fundiária urbana no Maranhão, nesta sexta-feira (11).

O secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando Silva, destacou que o Minha Terra conta com a participação de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que atuam no processo de atualização de informações territoriais, indispensáveis à regularização fundiária, política pública que é uma prioridade do Governo Flávio Dino.

“A regularização fundiária é um grande programa de justiça social e possui vários desdobramentos. Além do ganho social, há ganhos no âmbito jurídico, na medida em que regulariza a propriedade e reduz conflitos; ganhos econômicos e institucional, pois vai impactar em um reaparelhamento do município, a legislação terá que se adaptar, assim como a lei de uso e ocupação do solo, o plano diretor e o plano de governo. O Minha Terra ainda capacita o município para melhor governança das suas terras promovendo justiça social e beneficia tanto Santo Antônio dos Lopes, que é uma das cidades mais estratégicas do Maranhão, quanto seu entorno”, afirmou o secretário Luis Fernando.

Já o corregedor-Geral da Justiça e presidente eleito do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten Pereira, ressaltou que a iniciativa também contribui para o desenvolvimento do município. “Com a regularização fundiária o cidadão ganha um ativo econômico muito importante, pode ter acesso ao crédito e pode ingressar no mercado formal produtivo, o que traz um sobrevalor para a arrecadação municipal. A assinatura de hoje dá sequência a esse trabalho que já vem sendo muito bem desenvolvido no Maranhão”.

A juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-MA, é a responsável pelo monitoramento e fiscalização do termo de cooperação. “Nos comprometemos a apoiar as ações com vistas a montar a equipe de regularização fundiária urbana e rural do município de Santo Antônio dos Lopes e, a partir daí, fazermos o seu primeiro projeto de interesse social”, ressaltou.

O prefeito de Santo Antônio dos Lopes, Emanuel Lima de Oliveira, agradeceu a iniciativa. “O Minha Terra vai garantir uma melhor distribuição de terras para as famílias e vamos avançar bastante na regularização do município”, destacou.

Também participaram da assinatura a secretária adjunta de Biodiversidade, Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Luciene Dias; o presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), Dionatan Carvalho; o juiz auxiliar e supervisor do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-MA, Anderson Sobral, o presidente do Instituto de Colonizações de Terras do Estado do Maranhão (Iterma), Júnior Verde, e a chefe da Assessoria de Projetos para Municípios da SEPE, Fabiana Terra.

## Minha Terra

O projeto é resultado de amplo diálogo iniciado pelo Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana da CGJ com a SEPE ainda no ano de 2020. O Minha Terra se inspirou em experiências exitosas de cooperação entre os Poderes Executivo e Judiciário para regularização fundiária, a exemplo do que foi desenvolvido no município de São José de Ribamar, em 2018, quando o secretário Luis Fernando ainda era prefeito, e resultou na regularização de mais de 10 mil propriedades, uma iniciativa pioneira no Maranhão na época.

Além da regularização e entrega de títulos, a iniciativa contempla a capacitação de servidores municipais para atuar no projeto e em atividades diversas relativas à governança de terras.

A regularização fundiária constitui uma estratégia fundamental ao desenvolvimento humano, social e econômico do Estado. A regularização traz segurança para a população, que passa a ter direito sobre o imóvel em que vive. Com isso, o proprietário pode investir com a possibilidade, por exemplo, de buscar financiamento junto a instituições bancárias. Além disso, a regularização fundiária legitima o direito de propriedade dos imóveis e promove justiça social, cidadania e melhoria da qualidade de vida da população, aspectos que configuram prioridades para o Governo Flávio Dino.

## **Desembargador Marcelo Carvalho Silva é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana**

12 de fevereiro de 2022 omaranhense

O desembargador Marcelo Carvalho Silva é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (11) até domingo (13), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Gianna Pereira Gedeon e Joseli Nascimento. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 14 a 20 de fevereiro o desembargador Antonio Guerreiro Júnior é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em “Plantão de 2º Grau”.

### **SÃO LUÍS**

No 1º Grau - Comarca da Ilha - O juiz José Brígido da Silva Lages (7ª Vara Cível de São Luís) e a juíza Sara Fernanda Gama (2ª Vara Criminal de São Luís), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia o magistrado e a magistrada no plantão deste final de semana são as servidoras Dayana Karla de Oliveira (7ª Vara Cível de São Luís ) e Marília Chaves (2ª Vara Criminal de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.